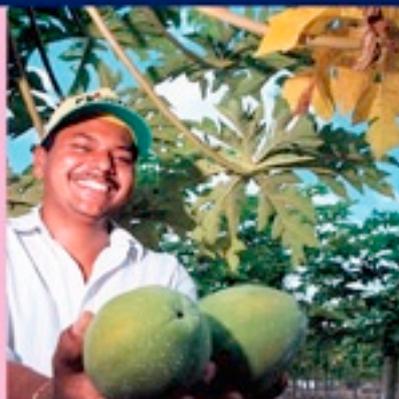


AGENDA DE COMPROMISSOS GOVERNO FEDERAL E MUNICÍPIOS 2009-2012



Prefeito(a), o Governo Federal mantém as portas abertas para vocês.

**Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais
da Presidência da República**

Gabinete do Subchefe:

Tels.: (61) 3411-1860/1728

Fax.: (61) 3322-9035

End.: Palácio do Planalto – 4º andar – Sala 11

CEP: 70150-900 – Brasília/DF

Gabinete do Subchefe Adjunto:

Tels.: (61) 3411-3298/3516

Fax.: (61) 3323-4304

Coordenação das gerências macrorregionais:

GMR – Gerentes Macrorregionais

Gerente para região Norte

Gerente para região Sul

Gerente para região Nordeste I

Gerente para região Nordeste II

Gerente para região Centro-Oeste

Gerente para região Sudeste

GEAF – Gestão Estratégica da Agenda Federativa

COIF – Cooperação Internacional Federativa

NGI – Núcleo de Gestão da Informação

Tels.: (61) 3411-3298/3516/3521

End.: Palácio do Planalto – Anexo I – Sala 205 A

CEP: 70150-900 – Brasília/DF

www.portalfederativo.gov.br

O que é o CAF?

O Comitê de Articulação Federativa é o espaço de negociação das propostas para os municípios entre a Presidência da República e os prefeitos(as) de todo o Brasil. Dele participam as três entidades municipalistas e 18 ministérios.

O que é o SASF - Sistema de Assessoramento Federativo?

Por ordem do Presidente, cada ministério e órgão federal designou um assessor federativo, coordenado pela SAF, neste sistema para qualificar o atendimento a prefeitos e prefeitas. Procure os contatos que precisa no: www.portalfederativo.gov.br

Senhor(a) prefeito(a),

Um novo ano está começando. E este é muito especial. Sabemos que governar é um grande desafio. Com certeza, o maior desafio das nossas vidas. Agora são as vidas dos milhões de brasileiros e brasileiras que estão sob nossa responsabilidade. A Subchefia de Assuntos Federativos, na qualidade de órgão da Presidência da República responsável pela relação com os governos municipais e estaduais, garante que o Governo Federal estará junto com vocês nessa nova jornada.

Durante estes anos, aumentaram as responsabilidades dos municípios brasileiros no destino do nosso povo. Desde 2003, o Governo Federal vem contribuindo para torná-los mais fortes, para cumprir o seu papel conquistado na Constituição de 88. Saiba que daremos continuidade ao trabalho de respeito e diálogo com os municípios, construído através do Comitê de Articulação Federativa (CAF), que vem, sistematicamente, acumulando vitórias para os municípios e a federação brasileira. Nossa federação se constrói no respeito à autonomia e às atribuições dos níveis de governo e, sobretudo, quando, a partir da sua diversidade, pactuamos compromissos com o nosso país,

Esta **Agenda de Compromissos** mostra, de forma simples, como as ações em cada esfera da Federação já vêm contribuindo para atingirmos objetivos comuns. Ela é um instrumento para estabelecermos e monitorarmos compromissos, esclarecendo a vocês como o Governo Federal pode ajudá-los a alcançá-los.

Queremos que conheçam as ações federais que podem ser levadas para o seu município. Por isso, não deixem de acessar permanentemente o www.portalfederativo.gov.br e utilizar o catálogo dos programas federais, o guia para início do mandato e todas as informações que dispomos sobre o seu município.

É importante que vocês aproveitem esta **Agenda** para o planejamento da sua administração e, principalmente, para que todos os dias vocês não se esqueçam da razão do povo ter escolhido vocês como prefeito, prefeita. Vocês devem registrar os seus compromissos assumidos no www.portalfederativo.gov.br e anualmente o Governo Federal poderá acompanhar o seu cumprimento e reconhecê-lo por isso.

Só atingiremos essas metas se trabalharmos em conjunto. Governo Federal, Estadual e Municipal. Somos capazes de fazê-lo.

Subchefia de Assuntos Federativos
Secretaria de Relações Institucionais
Presidência da República

Caro(a) prefeito(a),

A Agenda de Compromissos Governo Federal e Municípios é o instrumento que concretiza a adesão de seu município e de seu governo aos dez compromissos nela propostos¹. Ela representa um pacto em torno da urgência de promover a melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros e de sua cidade.

A adesão aos compromissos propostos na Agenda consolida a participação dos municípios, em conjunto com o governo brasileiro e os demais países, para o alcance das metas propostas pelos oito Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM)², até em 2015.

Reafirma, ainda, o compromisso com o exercício da cidadania ao proporcionar o acesso ao registro civil de nascimento e a documentação básica, viabilizando a inclusão nos programas sociais e aos demais serviços. Fortalece e qualifica, também, a participação cidadã e as administrações municipais para o desempenho eficiente e eficaz de suas atribuições e insere o município como ator estratégico para a promoção do desenvolvimento econômico com inclusão social e redução das desigualdades regionais.

Para cada compromisso são destacados os principais programas promovidos pelo Governo Federal que têm contribuído para o alcance de suas metas. Neste espaço, o(a) gestor(a) municipais deverão registrar as informações solicitadas, com relação à situação do programa no município no ano de 2008 e, depois indicar as metas que seu governo estabelecerá para cada ano até 2012. Os indicadores são os padronizados pelas políticas públicas vinculadas a cada compromisso já utilizados para a pactuação e monitoramento entre os Ministérios e os órgãos municipais responsáveis.

Para cada compromisso, existe espaço para que o(a) gestor(a) municipais destaquem outras ações (Federais, Estaduais ou Municipais) que o município irá desenvolver e que podem contribuir para o alcance do compromisso. Nesse espaço, você definirá os indicadores e metas de seu governo e resumidamente indicará o tipo de contribuição que a ação proporciona para o cumprimento do compromisso.

Abaixo de cada programa selecionado será possível encontrar sugestões para facilitar a execução do mesmo no município. Durante o I Encontro de Prefeitos e Prefeitas, que se realizará em Brasília, nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2009, você terá a oportunidade de debater e dialogar pessoalmente com os gestores federais que executam cada um destes programas, esclarecendo como o seu município pode acessá-los. Ao final, veja a relação dos contatos onde é possível obter maiores esclarecimentos sobre cada um dos programas federais.

Para conhecer melhor a realidade de seu município em relação a cada um dos ODM, você deve acessar o seguinte endereço eletrônico www.portalodm.com.br, neste portal você encontrará análises, com gráficos ilustrativos, sobre a situação de cada Objetivo do Milênio em sua cidade. O portal foi desenvolvido pelo Observatório de Indicadores de Sustentabilidade (Orbis) do qual participam o Governo Federal, organizações do empresariado, organizações da sociedade civil e organismos internacionais.

Certamente você já aprendeu a importância de se estabelecer um monitoramento direto das principais metas do seu governo, permitindo uma avaliação de desempenho das áreas e correção de rumos necessários. Esta é uma tarefa da qual o Prefeito e Prefeita não devem abrir mão. O povo da sua cidade o elegeu para tal. Na Agenda, destinamos um espaço conciso, facilitando o monitoramento das suas metas.

Não se esqueça de registrar o seu compromisso, no www.portafederativo.gov.br, para que o Governo federal conheça melhor seus compromissos e sua relação com as metas pactuadas entre o seu município e os Ministérios. Acompanharemos anualmente a sua evolução, certificando-o por isso.

¹ Os dez objetivos são: erradicar a extrema pobreza e a fome; educação básica de qualidade para todos; promover a igualdade entre sexos e a autonomia da mulher; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids e outras doenças; erradicar o sub-registro civil de nascimento; garantir qualidade vida e sustentabilidade ambiental; Estabelecer parceria Governo Federal, Estados e Municípios para desenvolvimento e, qualificar a gestão dos municípios e fortalecer a participação cidadã.

² O Brasil e mais outros 191 países aderiram e se comprometeram como as metas estabelecidas pelos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM), em setembro de 2000, na Cúpula Mundial do Milênio, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para melhorar indicadores sociais, ambientais e econômicos. com o propósito de tornar o mundo mais justo, menos desigual e mais solidário.

AGENDA DE COMPROMISSOS GOVERNO FEDERAL E MUNICÍPIOS	3
COMO UTILIZAR A SUA AGENDA	4
COMPROMISSOS	
1º ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME	8
METAS	8
EVOLUÇÃO DO CUMPRIMENTO DE REGRAS PELO BRASIL	8
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)	9
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	10
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF	11
AÇÃO (A SER DEFINIDA PELO MUNICÍPIO)	12
2º EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS	13
METAS	13
EVOLUÇÃO DO CUMPRIMENTO DE REGRAS PELO BRASIL	13
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE) / PLANO DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO / PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)	14
PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO	15
PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)	16
AÇÃO (A SER DEFINIDA PELO MUNICÍPIO)	17
3º PROMOVER A IGUALDADE ENTRE SEXOS E A AUTONOMIA DA MULHER	18
METAS	18
EVOLUÇÃO DO CUMPRIMENTO DE REGRAS PELO BRASIL	18
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – PRONAF MULHER	19
PROGRAMA DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES / PACTO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	20
AÇÃO (A SER DEFINIDA PELO MUNICÍPIO)	21
4º REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL	22
METAS	22
EVOLUÇÃO DO CUMPRIMENTO DE REGRAS PELO BRASIL	22
PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PFS	23
PACTO NACIONAL PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA E NEONATAL	24
AÇÃO (A SER DEFINIDA PELO MUNICÍPIO)	25
5º MELHORAR A SAÚDE MATERNA	26
METAS	26
EVOLUÇÃO DO CUMPRIMENTO DE REGRAS PELO BRASIL	26
POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER	27
PACTO NACIONAL PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA E NEONATAL	28
AÇÃO (A SER DEFINIDA PELO MUNICÍPIO)	30

6º COMBATER O HIV/AIDS, A DENGUE E OUTRAS DOENÇAS	31
METAS	31
EVOLUÇÃO DO CUMPRIMENTO DE REGRAS PELO BRASIL	31
PROGRAMA NACIONAL DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (DST) E AIDS	32
PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA DENGUE	33
AÇÃO (A SER DEFINIDA PELO MUNICÍPIO)	34
7º ERRADICAÇÃO DO SUB-REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO	35
DICAS	35
POSTOS DE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO NAS MATERNIDADES	36
MUTIRÕES E CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO (RCN)	37
AÇÃO (A SER DEFINIDA PELO MUNICÍPIO)	38
8º GARANTIR QUALIDADE DE VIDA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	39
METAS	39
EVOLUÇÃO DO CUMPRIMENTO DE REGRAS PELO BRASIL	39
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) - SANEAMENTO: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA), MINISTÉRIO DAS CIDADES, DA INTEGRAÇÃO NACIONAL E DO MEIO AMBIENTE	40
PROGRAMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	41
AÇÃO (A SER DEFINIDA PELO MUNICÍPIO)	42
9º ESTABELEÇER PARCERIA GOVERNO FEDERAL, ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO	43
APOIO À IMPLANTAÇÃO DA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA (MPES)	44
PROGRAMAS FEDERAIS DE APOIO À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	45
AÇÃO (A SER DEFINIDA PELO MUNICÍPIO)	46
10º QUALIFICAR A GESTÃO DOS MUNICÍPIOS E FORTALECER A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	47
AGENDA NACIONAL DE APOIO À GESTÃO DOS MUNICÍPIOS	48
BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS	51
INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS SOBRE CADA PROGRAMA	57
MONITORAMENTO DAS METAS	65

AGENDA DE COMPROMISSOS COM A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

PRIMEIRO COMPROMISSO



ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME

Milhares de pessoas no mundo e no Brasil ainda sobrevivem com menos do que o equivalente a 01 dólar¹ por dia.

O Brasil já ultrapassou, em 2005, a meta de reduzir pela metade a proporção da população que vive com renda inferior a 01 dólar¹ por dia, segundo o último relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, de setembro de 2007, porém ainda temos 7,3 milhões vivendo em situação de extrema pobreza.

METAS:

1- Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 01 dólar¹ por dia.

Meta adicional do Brasil - Reduzir a um quarto, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 01 dólar¹ por dia.

2- Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.

Meta adicional do Brasil - erradicar a fome entre 1990 e 2015.

EVOLUÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PELO BRASIL

Indicadores	1990	2001	2003	2007
Percentual de pessoas em extrema pobreza (menos que um dólar PPC/dia)	8,8%	6,4%	5,9%	4,0%
Evolução do número de pessoas em pobreza extrema (em milhões) (menos que um dólar PPC/dia)	12,2	10,7	10,2	7,3
Percentual de crianças com menos de 1 ano sofrendo de desnutrição (peso/idade)	nd	7%	4,8%	1,6%
Percentual de crianças de 1 a 2 anos sofrendo de desnutrição (peso/idade)	nd	14,6%	10,1%	3,5%
Índice de Gini ²	0,599	0,593	0,580	0,553

Fontes: IPEA e SIAB/MS

- Diferentes valores são utilizados em nosso país para indicar a extrema pobreza. A PNAD/IBGE considera nesta situação as pessoas que vivem com renda mensal inferior a 1/4 do Salário Mínimo. As agências das Nações Unidas para as comparações do ODM no mundo utilizam o valor equivalente a 01 dólar PPC, que em 2007 equivalia a R\$ 43,08 mensais por pessoa. O Programa Bolsa Família considera nesta condição as famílias com renda mensal per capita no valor que vai de R\$ 60,00 até R\$ 137,00. Todas demonstram que a extrema pobreza está caindo acentuadamente no país, no período de 2003 a 2007.
- O Coeficiente de Gini vem caindo ano a ano com uma redução de -7% de 2001 a 2007.
- A desnutrição de crianças com menos de 01 ano de idade teve uma redução de 67% de 2003 a 2007 e entre 1 e 2 anos de idade teve uma redução de 75%, em igual período.

¹ O dólar PPC- Paridade do Poder de Compra é medido pela paridade do poder de compra, taxa de câmbio que considera as diferenças de preços entre os países, desta forma 01 dólar PPC tem o mesmo valor nos Estados Unidos e nos demais países e equivalia a R\$ 43,08 em 2007.

² Mede a desigualdade de renda, vai de 0 a 1, significando que quando estiver mais próximo de 1 maior será a concentração de renda.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

9

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

Percentual de famílias com renda per capita mensal até R\$ 137,00 inscritas no Cadastro Único (Cad Único), segundo estimativa estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome(MDS):

Percentual de famílias beneficiárias do PBF no município, segundo estimativa estabelecida pelo MDS:

Índice de Gestão Descentralizada (IGD), do município:

Percentual de acompanhamento de frequência escolar de crianças e jovens do PBF:

Percentual de acompanhamento da agenda de saúde das famílias do PBF:

METAS DO MEU GOVERNO

Ano	% de famílias inscritas no CadÚnico com renda mensal de até R\$ 137,00	Índice de Gestão descentralizada	Taxa de acompanhamento de crianças com frequência escolar	Taxa de famílias com acompanhamento da agenda de saúde
2009				
2010				
2011				
2012				
TOTAL				

DICAS:

O acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família por meio do trabalho conjunto entre as áreas de assistência social, saúde e educação constitui-se em ação fundamental para a erradicação da pobreza e redução das desigualdades a médio e longo prazos.

O Índice de Gestão Descentralizada - IGD mede a qualidade da gestão do programa pelo município e incentiva a prefeitura, com recursos financeiros, a aprimorar as informações do CadÚnico, o atendimento dos beneficiários, o acompanhamento das condicionalidades e a oferta de ações complementares. Descubra , no site do MDS, qual o IGD do seu município. Utilize os recursos para melhorar a gestão do programa no seu município.

O Governo Federal, em parceria com os trabalhadores e empresários, está implantando programas de qualificação e inserção profissional para os beneficiários do Bolsa Família. Verifique se o seu município participa desta ação ou tome a iniciativa de estabelecer parceria, em seu município, com os trabalhadores e o empresariado local.

O CadÚnico identifica quem são, onde estão e como vivem os pobres de seu município, utilize-o para planejar as grandes ações de sua prefeitura, tais como, qualificação profissional, geração de renda e emprego, saneamento ambiental e habitação, transporte escolar e transporte de idosos, educação de jovens e adultos e o Programa Saúde da Família.

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

Percentual de crianças de 0 a 12 anos desnutridas na rede pública escolar municipal e/ou conveniada: 

METAS DO MEU GOVERNO

Ano	% de crianças de 0 a 12 anos desnutridas na rede pública municipal e/ou conveniada
2009	
2010	
2011	
2012	
TOTAL	

DICAS:

O Programa Saúde na Escola (PSE) articula práticas de educação e saúde para os estudantes da rede pública, garantindo-lhes avaliação e atendimento básico de saúde, assim como o monitoramento da situação nutricional. Verifique se o seu município fez a adesão ao programa.

O Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) monitora o estado alimentar (consumo alimentar) e nutricional (peso e estatura) da população atendida no Sistema Único de Saúde - SUS.

O Programa Alimentação Saudável promove a prevenção e controle dos distúrbios nutricionais, assim como as doenças relacionadas à alimentação e nutrição no âmbito do SUS.

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

Total de agricultores familiares do município:

Total de agricultores familiares com contratos do PRONAF:

Total de cursos de capacitação ofertados pelo município aos agricultores familiares com contratos do PRONAF:

METAS DO MEU GOVERNO:

Ano	Total de agricultores familiares no município	Total de agricultores familiares com contratos do PRONAF	Total de cursos de capacitação ofertados pelo município aos agricultores familiares com contratos do PRONAF
2009			
2010			
2011			
2012			
TOTAL			

DICAS:

O acesso ao crédito e à assistência técnica é o grande desafio a se enfrentar. Procure a delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e os órgãos estaduais de apoio à agricultura para saber como estes desafios estão sendo enfrentados pelo Programa Mais Alimentos.

Se o seu município faz parte da Região do Semi-árido, é possível aderir ao Programa de seguro Garantia-Safra, que cobre a perda da safra no caso de seca, para isto basta aderir ao Programa e participar do Fundo Garantia-Safra, que tem participação dos municípios, estado e União. Procure a Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA no seu estado para mais informações.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é outra estratégia para reforçar os agricultores familiares, com a geração de trabalho e renda, desenvolvimento local e produção de alimentos saudáveis. Em 2008, o PAA chegou a 43% dos municípios brasileiros.

O governo incluiu na política de preços mínimos os produtos da agricultura familiar e do extrativismo. Procure saber quais são os produtos da sua região que estão incluídos nos preços mínimos.

AÇÃO*: _____

SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO

METAS DO MEU GOVERNO:

Ano			
2009			
2010			
2011			
2012			
TOTAL			

OBSERVAÇÕES

AGENDA DE COMPROMISSOS COM A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

SEGUNDO COMPROMISSO



EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS

No mundo existem mais de cem milhões de crianças fora da escola.

O acesso de todas as crianças e adolescentes ao ensino fundamental está praticamente universalizado no Brasil. O nosso desafio é assegurar a permanência e o sucesso desses alunos na escola, acabar com o analfabetismo dos 14,1 milhões de brasileiros maiores de 15 anos e, em conjunto com estados e municípios, garantir educação de qualidade para todos.

Os municípios brasileiros estão comprometidos com a melhoria da qualidade da educação. Todos já aderiram ao Plano de Metas, e nesta adesão se comprometeram com a melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do país e de seu município até o ano de 2021.

METAS:

- Garantir que, até 2015, as crianças de todos os países, de ambos os sexos, terminem um ciclo completo de ensino.

Meta adicional do Brasil: garantir que, até 2015, todas as crianças, de todas as regiões do país, independentemente da cor, raça e do sexo, concluam o ensino fundamental.

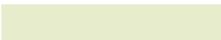
EVOLUÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PELO BRASIL

Indicadores	1992	2001	2003	2007
Média de anos de estudos de instrução formal	5,2	6,4	6,7	7,3
Taxa de analfabetismo para população de 15 anos ou mais	17,2%	12,4%	11,6%	10,0%
Taxa de frequência escolar líquida das pessoas de 7 a 14 anos	81,3%	93,1%	93,8 %	94,6%
Taxa de distorção idade-série no setor público e no ensino fundamental	50,7% (1996)	42,2%	36,7%	31,2%
Funções docentes (com ensino superior completo) no ensino fundamental de 1ª a 4ª séries	23,2 (1995)	27,1	36,1	57,7 (2006)

Fonte: Ipea

PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE) / PLANO DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO / PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR)

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)¹: 

METAS DO MEU GOVERNO

As metas que o seu município se comprometeu a cumprir no Termo de Adesão são:

Ano	IDEB (Anos iniciais do Ensino Fundamental)	IDEB (Anos finais do Ensino Fundamental)
2009		
2010		
2011		
2012		
TOTAL		

DICAS:

O PDE² possui mais de 40 programas e ações. Saiba mais sobre o PDE procurando informações no Ministério da Educação (MEC).

O IDEB é calculado a cada dois anos. Para garantir a melhoria do seu IDEB é fundamental que todos se envolvam na Prova Brasil. A Prova Brasil será aplicada no segundo semestre de 2009 e avaliará os alunos matriculados na 4ª série ou 5º ano e na 8ª série ou 9º ano do ensino fundamental. Além da participação na Prova Brasil, o correto preenchimento dos dados de aprovação e evasão no Censo Escolar, realizado anualmente, é condição para que o IDEB reflita a realidade educacional no seu município.

O prefeito e o secretário de educação devem se cadastrar no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC) para conhecer o diagnóstico do município, o seu IDEB, o Plano de Ações Articuladas (PAR) e as ações planejadas, assim como o andamento dos projetos e os tipos de apoio que pode receber do MEC.

¹ O IDEB é o indicador que mede a qualidade da educação do Brasil. Ele conjuga as notas dos alunos apuradas na Prova Brasil com os indicadores de fluxo escolar. O IDEB é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente, e as médias de desempenho utilizadas são as do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)

² Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

Percentual de pessoas maiores de 15 anos não alfabetizadas:

Percentual de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) não alfabetizadas:

METAS DO MEU GOVERNO

Ano	Número de jovens e adultos em turmas de alfabetização	Número de jovens e adultos que concluíram cursos de alfabetização	Número de jovens e adultos matriculados em classes de EJA 1º segmento	% de mulheres em idade fértil (10-49 anos) não alfabetizadas
2009				
2010				
2011				
2012				
TOTAL				

DICAS:

Conheça o novo Programa Brasil Alfabetizado. Agora, os alfabetizadores serão prioritariamente os professores da rede municipal capacitados para esta ação. A União destinará recursos para pagamento das bolsas dos alfabetizadores e de coordenadores de turma, material didático, merenda, transporte escolar e óculos.

O Programa Nacional do Livro Didático de Alfabetização e a Coleção Literatura para Todos distribuem materiais didáticos e de leitura.

O município pode executar o programa diretamente ou se articular com o Governo Estadual.

As ações complementares, que associam a iniciativa de alfabetização às áreas de saúde, assistência social, geração de emprego e renda, agricultura familiar, cultura, direitos humanos e cidadania, contribuem para a alfabetização e repercutem sobre o nível de desenvolvimento local.

O MEC premia os municípios com dois selos: Cidade Livre do Analfabetismo, quando alcançar 97% de alfabetização, e Cidade Alfabetizadora, para os que reduzirem em 50% a taxa de analfabetismo entre 2000 e 2010.

Os municípios com taxa de analfabetismo superior a 25% têm prioridade no acesso ao programa e receberão do MEC apoio técnico específico. Saiba se seu município possui plano de alfabetização (consulte a página do MEC: www.mec.gov.br). Caso contrário, elabore o plano ou procure o Governo do Estado – Secretaria de Educação Estadual.

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

O número de escolas acompanhadas pelas Equipes Saúde da Família (ESF), em 2008:

METAS DO MEU GOVERNO

Avaliação das condições de saúde dos escolares

Ano	Número de escolas acompanhadas pela Equipe de Saúde da Família	% de alunos com Avaliação Clínica e Psicossocial	% de alunos com Atualização do Calendário Vacinal	% de alunos com Detecção Precoce da Hipertensão Arterial	% de alunos com Avaliação Oftalmológica	% de alunos com Avaliação em Saúde Bucal	% de alunos com Avaliação Auditiva
2009							
2010							
2011							
2012							
TOTAL							

Prevenção e Promoção da saúde do escolar

Ano	% de alunos beneficiados pelas ações de Segurança Alimentar e Promoção da Alimentação Saudável	% de alunos realizando Práticas Corporais e/ou Atividade Física nas Escolas	% de alunos que participam de ações de Educação para a Saúde Sexual, Saúde Reprodutiva e Prevenção das DST ¹ /AIDS ²	% de alunos que participam de ações de Prevenção ao Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas	% de alunos que participam de ações de Promoção da Cultura de Paz e Prevenção da Violência	% de alunos que passaram por processos de educação permanente para desenvolverem ações de Promoção da Saúde: protagonismo juvenil
2009						
2010						
2011						
2012						
TOTAL						

DICAS:

O Programa Saúde na Escola, lançado em 2008, tem como objetivo articular as ações das equipes de saúde da família e as escolas para melhoria das condições de saúde dos estudantes da rede pública. Para o êxito dessa articulação é importante estabelecer Grupos de Trabalho Intersetoriais Saúde e Educação.

Os componentes do PSE são: (1) avaliação das condições de saúde; (2) promoção da saúde e prevenção; (3) monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes; (4) monitoramento e avaliação do programa saúde nas escolas; e (5) educação permanente e capacitação dos profissionais da educação, da saúde e dos jovens. O Grupo de Trabalho Intersetorial instituído, em seu município, deverá elaborar os projetos anuais e se reunir periodicamente para acompanhar o desenvolvimento do PSE.

¹Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

²AIDS (do inglês Acquired Immunodeficiency Syndrome ou Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - SIDA).

AÇÃO*: _____

SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO

METAS DO MEU GOVERNO:

Ano			
2009			
2010			
2011			
2012			
TOTAL			

OBSERVAÇÕES

* ação a ser definida pelo município

AGENDA DE COMPROMISSOS COM A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

TERCEIRO COMPROMISSO



PROMOVER A IGUALDADE ENTRE SEXOS E A AUTONOMIA DA MULHER

Superar as disparidades entre meninos e meninas no acesso à escolarização formal e promover políticas que ofereçam oportunidades para as mulheres ocuparem papéis cada vez mais ativos tanto no mundo econômico quanto na atividade política são ações essenciais para a superação das desigualdades entre gêneros.

A população feminina no Brasil tem maior acesso e permanência na escola e anos de estudo do que os homens, em todos os níveis de ensino. Isto, porém, não tem revertido a situação de discriminação no mercado de trabalho, na política, nem reduzido os índices de violência contra as mulheres. Esta disparidade pode ser percebida no total de prefeitos eleitos, em 2008, apenas 9% são mulheres, e dentre o total de vereadores, elas são 12,5%.

METAS

- Eliminar as disparidades entre os sexos no ensino fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, o mais tardar até 2015.

EVOLUÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PELO BRASIL

Indicadores	1996	2005	2007
Taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho	45,9%	52,9%	52,4%
Relação entre o rendimento-hora de mulheres e homens	82,1	86,1	84,9
Proporção de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados	6,63% (1994)	8,19% (2002)	8,77% (2006)

Fonte: Pnad e TSE

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

Total de agricultoras familiares no município:

Total de agricultoras familiares com contratos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF):

Total de cursos de capacitação ofertados pelo município às mulheres com contratos do PRONAF:

METAS DO MEU GOVERNO

Ano	Total de agricultoras familiares com contratos do PRONAF	Total de cursos ofertados às mulheres com contratos do PRONAF
2009		
2010		
2011		
2012		
TOTAL		

DICAS:

O PRONAF Mulher é uma linha específica de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar destinada à mulher trabalhadora rural.

Os financiamentos do PRONAF Mulher podem ser obtidos de forma individual ou coletiva, a exemplo de cooperativas. Podem também ser destinados para investimento e custeio de atividades agropecuárias, incluindo turismo rural, artesanato e outras atividades de interesse das mulheres.

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

Total de serviços e/ou programas de apoio à mulher em situação de violência:

METAS DO MEU GOVERNO

Ano	Total de serviços/ programas de apoio à mulher em situação de violência	% de serviços de saúde com notificação da violência contra a mulher implantada	% de profissionais capacitados para atendimento à mulher em situação de violência	% de mulheres em situação de violência atendidas
2009				
2010				
2011				
2012				
TOTAL				

DICAS:

O Governo Federal lançou o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher para reduzir os índices deste tipo de violência. Verifique se o seu município pertence aos estados considerados prioritários e se as ações previstas no programa estão sendo implementadas.

Conheça melhor o que é esse Pacto e assuma, também, o compromisso de integrar e implementar ações e serviços (saúde, segurança, educação, assistência social, cultura e justiça) para enfrentar todas as formas de violência contra a mulher em seu município.

AÇÃO*: _____

SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO

METAS DO MEU GOVERNO:

Ano			
2009			
2010			
2011			
2012			
TOTAL			

OBSERVAÇÕES

* ação a ser definida pelo município

QUARTO COMPROMISSO



REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL

Todos os anos, 11 milhões de bebês morrem de causas diversas no mundo.

No Brasil, a taxa de mortalidade na infância, até cinco anos de idade, vem caindo de maneira contínua. No período de 1990 a 2007 houve uma redução de 57% na mortalidade na infância e de 59% na mortalidade infantil (até um ano de idade). Apesar desse percentual elevado de redução, ainda possuímos uma das taxas mais elevadas da América Latina, e as diferenças regionais em nosso país revelam

uma grande desigualdade, com a região nordeste apresentando índice de mortalidade infantil 2 vezes superior ao da região sul.

METAS:

- Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 05 anos de idade.

EVOLUÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PELO BRASIL

Indicadores	1996	2001	2003	2007
*Taxa de mortalidade infantil	33,7%	25,6%	23,6%	19,3%
*Taxa de mortalidade neonatal	15,8%	13,1%	11,8%	10,0%

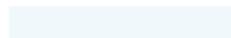
Fonte: SVS/MS

* Taxa de mortalidade infantil: número de óbitos de crianças de até 01 ano de vida por 1.000 nascidos vivos.

* Taxa de mortalidade neonatal: número de óbitos em recém-nascidos com até 27 dias de vida por 1.000 nascidos vivos.

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

Percentual da área geográfica do município coberta pelas equipes do Programa Saúde da Família (PSF):



Percentual de cobertura populacional das equipes da saúde da família:



METAS DO MEU GOVERNO

Ano	% da população coberta pelo Programa Saúde da Família	Média mensal de visitas domiciliares realizadas pelos Agentes comunitários da saúde ACS ¹	% de profissionais capacitados por equipes do PSF para atenção à criança de até 1 ano e a gestante	% de crianças até cinco anos de idade acompanhadas pelas ESF ²
2009				
2010				
2011				
2012				
TOTAL				

DICAS:

O programa Mais Saúde: Direito de Todos compartilha a gestão e os investimentos com estados e municípios, estabelece mecanismos formais de pactuação entre os gestores para melhorar a qualidade dos serviços e introduz mudanças nos processos de gestão e gerenciamento das redes e unidades assistenciais. Conheça quais são seus programas e ações.

Verifique se seu município já aderiu ao Pacto pela Saúde, se já assinou o Termo de Compromisso de Gestão Municipal - TCGM, se já elaborou o seu Plano de Ação, se está credenciado na estratégia da Saúde da Família e/ou atualize seus dados.

O Programa Farmácia Popular garante a oferta de medicamentos com valores mais baixos pela rede de farmácias privadas credenciadas no seu município. Procure o Ministério da Saúde para saber como participar desse programa.

¹ Agentes Comunitários da Saúde (ACS).

² Equipes da Saúde da Família (ESF).

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

Taxa de mortalidade infantil:

Taxa de mortalidade neonatal:

METAS DO MEU GOVERNO

Ano	Cobertura do Sistema de Informação de Mortalidade	% de óbitos infantis investigados	% de recém-nascidos de risco acompanhados após alta hospitalar	Acesso dos recém-nascidos em risco a bancos de leite
2009				
2010				
2011				
2012				
TOTAL				

Ano	Taxa da mortalidade neonatal (até 27 dias de vida)	% de profissionais qualificados para atendimento às urgências e emergências neonatais	Taxa de Mortalidade Infantil (até 1 ano de vida)	% de crianças menores de um ano com três doses de vacina tetravalente
2009				
2010				
2011				
2012				
TOTAL				

DICAS:

A adesão ao Pacto pela Saúde implica na promoção de ações que priorizam, dentre outras, a redução da mortalidade materna e infantil, a estruturação e o fortalecimento da atenção básica e promoção da saúde;

Conheça as políticas de redução da mortalidade infantil da Área de Saúde da Criança e Aleitamento Materno / DAPES / SAS / MS, tais como: Rede Norte-Nordeste de Saúde Perinatal, Rede Amamenta Brasil, Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano, Atenção Humanizada ao Recém-Nascido de Baixo Peso - Método Canguru, Iniciativa Hospital Amigo da Criança, Vigilância da Mortalidade Infantil e Fetal, entre outros.

Ao elaborar seu plano de governo defina o modelo de atenção básica que deseja para o município, priorizando as ações de atenção e promoção à saúde da criança e da gestante.

Instale ou fortaleça no município o Comitê Municipal de Prevenção do Óbito infantil e fetal.

AÇÃO*: _____

25

SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO

METAS DO MEU GOVERNO:

Ano			
2009			
2010			
2011			
2012			
TOTAL			

OBSERVAÇÕES

* ação a ser definida pelo município

QUINTO COMPROMISSO



MELHORAR A SAÚDE MATERNA

A redução da mortalidade materna é um objetivo que só será alcançado com ações de promoção integral da saúde das mulheres em idade reprodutiva de 15 a 49 anos de idade, em um contexto de desenvolvimento de sistemas integrados de saúde pública em regime de cooperação entre os Governos Federal, Estadual e Municipal e com a participação da sociedade.

O Brasil tem avançado em ações de promoção e atenção à saúde materna, mas a taxa de mortalidade materna ainda é muito alta, segundo dados da RIPSA¹, em 2007, para cada cem mil nascidos vivos morriam cerca de setenta mulheres. Nos países desenvolvidos o número de óbitos maternos é de seis a vinte por cem mil.

METAS:

- Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.

Metas adicionais brasileiras:

- Promover, na rede do Sistema Único da Saúde - SUS, cobertura universal para ações de saúde sexual e reprodutiva até 2015.
- Até 2015, ter detido o crescimento da mortalidade por câncer de mama e de colo de útero, invertendo a tendência atual.

EVOLUÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PELO BRASIL

Indicadores	1996	2001	2003	2005
Razão de mortalidade materna (por 100 mil nascidos vivos) ⁽¹⁾	51,6	70,9	73,0	74,7
Taxa de mortalidade de mulheres de 30 a 69 anos por neoplasia maligna de mama (por 100 mil mulheres) ⁽²⁾	nd	18,2%	18,8%	19,7%
Taxa de mortalidade de mulheres de 30 a 69 anos por neoplasia maligna de colo do útero (por 100 mil mulheres) ⁽³⁾	nd	9,5%	9,1%	9,3%

Fonte: (1) SVS/MS. Ripsa. IDB 2007; (2) e (3) Brasil, Presidência da República, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Relatório Nacional de Acompanhamento, Setembro 2007

Nota: a partir de 2001, a Razão de Mortalidade Materna, para o Brasil, foi corrigida pelo fator de ajuste (1,4) obtido na Pesquisa sobre a Mortalidade de Mulheres de 10 a 49 anos, em 2002 (Laurenti e col., 2004).

¹ Rede Interagencial de Informações para a Saúde (Ripsa)

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

Média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas na população feminina:

Percentual de cobertura populacional pelo SAMU:

Percentual de profissionais capacitados em ações de planejamento familiar (Médicos, Enfermeiros, Agentes Comunitários de Saúde):

Razão de exames citopatológicos cérvico-uterino na faixa etária de 25 a 59 anos em relação à população-alvo

METAS DO MEU GOVERNO

Ano	Média anual de consultas médicas por habitante nas especialidades básicas na população feminina	% de cobertura populacional pelo SAMU	% de profissionais capacitados em ações de planejamento familiar (Médicos, Enfermeiros, ACS)	Razão de exames citopatológicos cérvico-uterino na faixa etária de 25 a 59 anos em relação à população-alvo
2009				
2010				
2011				
2012				
TOTAL				

DICAS:

Conheça as demais ações e políticas desenvolvidas junto ao SUS que contemplam a mulher, como a Política Nacional de Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; a Política Nacional de Planejamento Familiar; O plano de Ação para controle do câncer de mama e colo do útero.

Para ampliar a abrangência e o escopo das ações de Atenção Básica e fortalecer as ações das equipes da saúde da família procure saber se seu município pode implantar Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF ou participar de algum consórcio com municípios da região para a utilização desta ação.

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

Razão de Mortalidade Materna:

Percentual de óbitos de mulheres em idade reprodutiva investigados:

Percentual de gestantes que fazem pré-natal com 04 ou mais consultas:

Percentual de partos cesarianos:

METAS DO MEU GOVERNO

Ano	% de redução da razão de mortalidade materna	% de gestantes que fazem pré-natal com 04 ou mais consultas	% de profissionais qualificados para atendimento às urgências e emergências obstétricas	% de mulheres com acompanhante (lei do acompanhante) durante o parto e pós-parto
2009				
2010				
2011				
2012				
TOTAL				

Ano	% de profissional médico, enfermeiro e ACS da ESF* qualificado para atenção pré-natal e identificação de gestante de risco	% de profissional médico, enfermeiro e ACS da ESF* qualificado para identificação e atenção do RN de risco	% de partos cesarianos
2009			
2010			
2011			
2012			
TOTAL			

* Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Equipes de Saúde da Família (ESF)

DICAS:

O Departamento de Atenção Básica à Saúde do Ministério da Saúde disponibiliza aos municípios uma série de ações com repasse de recursos financeiros para o cumprimento dos protocolos de ampliação e qualificação das ações de atenção ao pré-natal, parto e puerpério.

Se seu município apresenta baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e altos índices de mortalidade materna e neonatal e outros indicadores de saúde desfavoráveis, busque apoio junto ao Ministério da Saúde para saber como enfrentar esta situação.

Seja mais um município engajado no Pacto Nacional pela Redução da Morte Materna que tem como princípios: o respeito aos direitos humanos de mulheres e crianças; a consideração das questões de gênero, dos fatores étnicos e raciais e das desigualdades sociais e regionais; a decisão política com investimentos na melhoria da atenção obstétrica e neonatal; a ampla mobilização da sociedade e participação dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

AÇÃO*: _____

SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO

METAS DO MEU GOVERNO:

Ano			
2009			
2010			
2011			
2012			
TOTAL			

OBSERVAÇÕES

AGENDA DE COMPROMISSOS COM A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

SEXTO COMPROMISSO



COMBATER O HIV/AIDS, A DENGUE E OUTRAS DOENÇAS

O Brasil conseguiu estabilizar o crescimento da epidemia da Aids e se tornou referência mundial para outros países, graças a uma eficiente estratégia de enfrentamento da doença. Apesar disso, ainda não conseguiu atingir a meta de eliminação da sífilis congênita, pactuada internacionalmente e uma das prioridades do Governo Federal.

Assim como conseguimos deter a Aids, podemos também deter outras doenças importantes, como a dengue, que é um dos principais problemas de saúde pública no mundo. No Brasil a dengue vem avançando em virtude da dispersão do vetor transmissor e da circulação simultânea de três sorotipos virais, com o aumento de casos de febre hemorrágica de dengue e de mortes. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), dois em cada três casos de dengue, em nosso continente, ocorrem em nosso país.

METAS:

- Até 2015, ter detido a propagação do HIV/Aids e começado a inverter a tendência atual.
- Até 2015 ter reduzido a incidência de dengue e começado a inverter a tendência atual.

EVOLUÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PELO BRASIL

INDICADORES	1990	2001	2003	2005
Taxa de incidência de Aids (por 100 mil habitantes) (1)	6,3%	17,8%	21,1%	19,5%
Incidência Parasitária Anual (IPA) da malária - Amazônia Legal (2)	nd	nd	18,3	26,6
Taxa de incidência da tuberculose (por 100 mil habitantes) (1)	nd	nd	45,5%	43,8%

Fonte: (1) SVS/MS. Ripsa. IDB 2007 (2) Sivep-Malária/SVS/MS

PROGRAMA NACIONAL DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS (DST) E AIDS

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

Número de casos incidentes de Aids:

Número de casos incidentes de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST):

Número de casos de sífilis em gestantes e de sífilis congênita:

METAS DO MEU GOVERNO

Ano	Taxa de incidência da Aids em menores de 5 anos	Taxa de mortalidade por Aids	Taxa de detecção de sífilis em gestantes e de sífilis congênita	Cobertura do VDRL* durante o pré-natal e parto	% da população que vive com HIV/ Aids em tratamento com ARV** ou sendo acompanhada na rede pública
2009					
2010					
2011					
2012					
TOTAL					

DICAS:

O Governo Federal disponibiliza os medicamentos anti-retrovirais (“coquetel”) para a rede do SUS. Os medicamentos para as DST são de responsabilidade dos municípios, e para as infecções oportunistas, dos governos estaduais. Para as ações de promoção e prevenção aos grupos mais vulneráveis são disponibilizados nas redes de atenção básica, para distribuição gratuita: preservativos, gel lubrificante, kits de redução de danos, além dos testes gratuitos de Aids e DST. Envolve as organizações da sociedade civil no combate às DST e Aids.

As Secretarias Estaduais de Saúde, as capitais e os municípios com alta taxa de incidência da Aids e DST recebem recursos extras para o desenvolvimento de ações de prevenção e controle dessas doenças, com base em critérios epidemiológicos, capacidade instalada e capacidade gestora das Secretarias de Saúde.

Participe e/ou desenvolva, em parceria com as Secretarias Estaduais de Saúde e Coordenações Estaduais da Aids/DST, campanhas de prevenção com o envolvimento e a mobilização da sociedade local.

* (VDRL) exame de identificação de sífilis em gestantes
 ** tratamento anti-retroviral (ARV)

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

Número de casos de dengue:

Número de levantamento do Índice Rápido de Infestação (LIRA):

METAS DO MEU GOVERNO

Ano	Número de casos de dengue	% de internações por dengue	Número de óbitos por dengue	% de domicílios visitados por equipes de ACS ¹ , saúde da família e agentes de endemias no combate à dengue	LIRA ²
2009					
2010					
2011					
2012					
TOTAL					

DICAS:

Conheça a campanha “Brasil Unido Contra a Dengue” e as diversas ações por ela propostas. Participe, promovendo ações articuladas e integradas com as diversas áreas e políticas de seu município e, além disto, mobilize sua cidade e estabeleça parcerias com as lideranças locais para controlar a dengue em sua comunidade.

Para a erradicação do mosquito da dengue é preciso a participação de todos e ações permanentes de controle da doença.

¹ Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

² Número de levantamento do Índice Rápido de Infestação (LIRA).

AÇÃO*: _____

SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO

METAS DO MEU GOVERNO:

Ano			
2009			
2010			
2011			
2012			
TOTAL			

OBSERVAÇÕES

* ação a ser definida pelo município

SÉTIMO COMPROMISSO



ERRADICAÇÃO DO SUB-REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO

No Brasil, milhares de crianças ainda nascem, crescem e morrem sem o registro civil. Não possuem nome, sobrenome e nacionalidade. Segundo projeções do Instituto Brasileiro de Estatísticas, em 2007, aproximadamente 12% de pessoas, em nosso país, não possuíam o Registro Civil de Nascimento. Não são reconhecidas como pessoa, portanto não têm acesso aos documentos civis básicos para exercer a cidadania (Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho, o Título de Eleitor e o CPF), ficando excluídas do acesso aos direitos e benefícios sociais.

Os índices de Sub-registro Civil de Nascimento revelam as assimetrias de nossa sociedade; os estados das regiões do Norte e Nordeste do país concentram o maior número de pessoas sem registro de nascimento, enquanto os situados na região Sul já erradicaram esta situação.

Para alcançar as milhares de pessoas que vivem em nosso país sem Registro Civil de Nascimento e as que irão nascer foi estabelecido o Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento, no ano de 2007, sob a coordenação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Trata-se de esforço integrado entre União, Estados e Municípios, com a atuação de representantes do Executivo, Judiciário, Ministério Público, Legislativo, entidades do setor não-governamental e organismos internacionais.

As ações do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento estão organizadas em três eixos diretivos, com o desenvolvimento concomitante de ações emergenciais e outras de longo prazo:

- a) Mobilização nacional com a realização de campanhas, ações intensivas locais (busca ativa, mutirões sistemáticos, capacitação de lideranças dos grupos prioritários), capacitação de gestores públicos;
- b) Ampliação da rede de serviços de registro civil de nascimento (com postos de serviços de registro civil, inclusive nas maternidades; com posto itinerante de registro civil, unidades móveis do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural em Territórios Rurais da Cidadania) e ações do Ministério da Defesa;
- c) Condições estruturantes para aperfeiçoar o Sistema Brasileiro de Registro Civil de Nascimento e criar o Banco de Dados Nacional de Referência, garantindo capilaridade, mobilidade, informatização, uniformidade, padronização e segurança aos sistemas.

DICAS:

Prefeito(a), sua adesão ao Compromisso Nacional (assinatura e publicação do Termo de Compromisso) é fundamental para a Mobilização Nacional pelo Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica. Somente com a união de todos poderemos garantir um Brasil com nome e sobrenome. Instale o Comitê Gestor em sua cidade, formule seu plano de ação, faça parte desta mobilização.

Para esta ação você contará com a cooperação técnico-financeira da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH), que será definida a partir da apresentação de planos e/ou de projetos que atendam aos requisitos de editais de chamadas públicas a serem divulgadas também no site: www.sedh.gov.br.

O objetivo é atender todas as pessoas de todas as idades, sem registro de nascimento, com ênfase nas áreas ou pertencentes aos grupos prioritários: povos indígenas, populações tradicionais (quilombolas, ciganos, ribeirinhos e outros); trabalhadoras e trabalhadores rurais; populações de baixa renda; população em situação de rua.

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

Percentual de crianças sem Registro Civil de Nascimento até 01 ano de idade:

Percentual de estabelecimentos que realizam partos conveniados ao SUS com postos para emissão de registro civil:

METAS DO MEU GOVERNO

Ano	% de crianças até 1 ano de idade sem registro de nascimento	% de estabelecimentos que realizam partos conveniados ao SUS com postos para emissão de Registro Civil de Nascimento
2009		
2010		
2011		
2012		
TOTAL		

DICAS:

Instalar postos para emissão de Registro Civil de Nascimento nos estabelecimentos conveniados ao SUS que realizem partos e garantir os repasses do SUS de R\$ 5,00 por certidão emitida.

Disponibilizar espaço físico, material e recursos humanos em hospitais administrados pelo município e articular cartório local, Judiciário e Ministério Público.

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

Número de mutirões para emissão de Registro Civil de Nascimento (RCN) realizados:

Número de Registros Cíveis de Nascimento (RCN) de pessoas com mais de 1 ano de idade:

METAS DO MEU GOVERNO

Ano	Números de mutirões realizados para a erradicação do sub-registro	Total de técnicos da rede de serviços (saúde, educação e assistência social) capacitados com mobilizadores	Número de RCN de pessoas com mais de 01 ano
2009			
2010			
2011			
2012			
TOTAL			

DICAS:

Participar dos mutirões para a emissão de RCN nos Territórios Rurais da Cidadania/MDA, nos Centros de Referência de Assistência Social/MDS e nas Rotas de Atendimento/ Ministério da Defesa (Ação Cívico-Social – Marinha / Correio Aéreo Nacional – Aeronáutica).

Para alcançar todo o município realize mutirões itinerantes nas áreas urbanas e rurais. Promova atividades de orientação (palestras, visita domiciliar) e libere os locais para realização das atividades de registro (praças, escolas, etc.).

AÇÃO*: _____

SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO

METAS DO MEU GOVERNO:

Ano			
2009			
2010			
2011			
2012			
TOTAL			

OBSERVAÇÕES

* ação a ser definida pelo município

AGENDA DE COMPROMISSOS COM A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

OITAVO COMPROMISSO



GARANTIR QUALIDADE DE VIDA E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O acesso adequado à água potável, esgoto e habitação é necessidade fundamental não satisfeita de milhões de pessoas no mundo.

O Brasil se destaca em relação à disponibilidade de recursos hídricos por possuir 12% da água doce mundial e, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), possui uma disponibilidade de água doce, por habitante, 20 vezes superior ao

limite que ela estabelece para um país livre de problemas hídricos.

Essa realidade, contudo, não significa que todos os brasileiros tenham acesso à água de boa qualidade e ao esgoto sanitário; que nossas fontes de água doce estejam protegidas contra a poluição, contra a contaminação por dejetos, resíduos sólidos e desmatamento, e nossa população protegida da incidência de doenças como diarreia, febre tifóide, esquistossomose, malária, dengue, doença de Chagas, verminoses, hepatite A, dentre outras.

METAS:

- Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável às políticas e aos programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais.
- Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e esgotamento sanitário.
- Até 2020 ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários.

EVOLUÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PELO BRASIL

INDICADORES	1992	2001	2003	2007
Desmatamento na Amazônia Legal Brasileira (km ² /ano) *	13.786	8.165	25.247	11.532
Proporção da população urbana com acesso à água canalizada de rede geral **	82,3%	86,7%	88,8%	91,3%
Proporção da população urbana com acesso a esgoto por rede geral ou fossa séptica**	65,9%	73,9%	75,7%	81,0%
Proporção da população urbana com condições de moradia adequadas**	50,7%	58,5%	60,4%	65,5%

Fonte: * MMA, com base em dados do PRODES/INPE

**IPEA, com base em microdados da PNAD/IBGE 1992-2007

**PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) - SANEAMENTO:
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA), MINISTÉRIO DAS CIDADES, DA
INTEGRAÇÃO NACIONAL E DO MEIO AMBIENTE**

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

Percentual da população com acesso à rede de água:

Percentual da população com acesso a esgoto:

Percentual da população com acesso a serviços adequados de água e esgoto:

METAS DO MEU GOVERNO

Ano	% da população urbana com acesso à rede de água com canalização interna	% da população urbana com acesso à rede coletora de esgoto	% da população rural com água	% da população rural com esgoto	% de execução das obras de saneamento
2009					
2010					
2011					
2012					
TOTAL					

DICAS:

- Para garantir qualidade de vida, sustentabilidade ambiental e promover o desenvolvimento com redução das desigualdades, o Governo Federal lançou o PAC, com destaque para as ações do eixo social e urbano, onde se localizam as ações de saneamento. Conheça melhor o PAC e seus demais eixos, medidas e investimentos e procure saber se seu município pode pleitear investimentos na área de saneamento e, se for o caso, o andamento dos projetos incluídos no plano.
- Os recursos do PAC para o saneamento possibilitam que o Brasil, já em 2010, cumpra o compromisso assumido na área do saneamento, se tomar como base a PNAD/IBGE¹, 1992, onde 66% das pessoas tinham acesso à água e 54% à rede de esgoto. Em 2010, serão cerca de 24,5 milhões de pessoas que irão contar com abastecimento de água e 25,4 milhões com coleta de esgoto, o que representará 87% da população nacional com acesso à rede de água e 77% com acesso à rede de esgoto.
- Para que, de fato, isso ocorra é necessário que todas as instâncias de Governo Federal, Estadual e Municipal façam sua parte e, em parceria e colaboração, superem as dificuldades técnicas, os entraves burocráticos e operacionais para a execução das obras no prazo previsto.

¹ PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

SITUAÇÃO DO PROGRAMA EM 2008

Percentual da população coberta com a coleta de lixo:

Percentual da população coberta com a coleta de lixo seletivo:

Total de lixões existentes no município:

Total de aterros sanitários implantados:

Total de organizações de catadores parceiras da política de resíduos sólidos no seu município:

METAS DE MEU GOVERNO

Ano	% da população coberta com a coleta de lixo	Total de organizações de catadores parceiras na política de resíduos sólidos no município	% da população coberta com a coleta de lixo seletivo
2009			
2010			
2011			
2012			
TOTAL			

DICAS:

O Programa de Resíduos Sólidos Urbanos – Gestão Integrada, do Ministério das Cidades, apóia os municípios a implantarem e/ou ampliarem os sistemas de limpeza pública, a criação de aterros sanitários, a eliminação dos lixos, o acondicionamento, a coleta, a disposição final e o tratamento de resíduos sólidos com seu aproveitamento e reciclagem, além de propiciar meios para a inclusão socioeconômica de catadores.

O Programa de Resíduos Sólidos Urbanos – Gestão Ambiental Urbana, do Ministério do Meio Ambiente, promove a modernização e a organização dos sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, destina-se a municípios de pequeno e médio porte, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas. O programa contempla as seguintes ações: gestão integrada de resíduos sólidos (Elaboração de Planos Estaduais e Regionais de Resíduos Sólidos); Destinação Final de Resíduos Sólidos (Projetos e Obras); Tratamento de Resíduos Sólidos (Implantação de Galpão de Triagem; fomento a cooperativas de catadores); Gestão Ambiental Urbana (Vulnerabilidades; Despoluição de mananciais urbanos) e capacitação de gestores estaduais e municipais.

Para viabilizar a comercialização, prestação de serviços e a institucionalização dos catadores, o governo incluiu na lei do saneamento dispositivo que modifica a lei de licitações e contratos, possibilitando a dispensa de licitação para associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas, de baixa renda, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis.

A Nova Lei de Consórcios Públicos, aprovada em 2005, cria um instrumento poderoso que possibilita o seu município a se associar aos demais e implantar o programa de resíduos sólidos na região.

AÇÃO*: _____

SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO

METAS DO MEU GOVERNO:

Ano			
2009			
2010			
2011			
2012			
TOTAL			

OBSERVAÇÕES

* ação a ser definida pelo município

AGENDA DE COMPROMISSOS COM A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

NONO COMPROMISSO



ESTABELECE PARCERIA GOVERNO FEDERAL, ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO

A economia mundial atravessa uma crise, com origem nas economias desenvolvidas. A crise resulta da especulação ilimitada, da confiança na autorregulação dos mercados e da falta de mecanismos de controle dos agentes financeiros. Isto reduziu o crédito internacional, a demanda por exportações e provocou a recessão e o desemprego em países de economia desenvolvida.

O Brasil construiu sólidos fundamentos econômicos que contribuem para o enfrentamento da crise com êxito, tais como: as contas públicas estão equilibradas; a inflação se mantém em níveis baixos; o superávit primário está em torno de 4% desde 2004; reduziu a proporção da dívida pública em relação ao PIB para cerca de 37%; deixou a condição de devedor e passou a ser credor nominal no mercado internacional, desde 2007; as reservas internacionais somam mais de US\$ 200 bilhões; os mercados de exportação estão mais diversificados; a integração regional se aprofunda; o comércio com outros países em desenvolvimento se amplia e o mercado interno cresce.

Além disso, possuímos bancos públicos federais com capacidade de ofertar crédito e melhores condições para empresas e pessoas físicas, diferentemente dos países mais desenvolvidos, temos folga para a redução de juros e para o aumento do mercado interno.

Assim como a crise internacional impacta o Brasil de forma diferente, do que em outros países, ela não chegará de forma igual a todos os municípios. Assim como, no plano nacional, são adotadas medidas de redução de juros, desoneração tributária, oferta de crédito, manutenção e ampliação do PAC e dos programas sociais, no plano local, o papel do gestor público municipal será decisivo neste momento.

Uma gestão municipal eficiente e eficaz, capaz de acelerar a execução dos investimentos públicos, de manter as políticas sociais, de acreditar na potencialidade da sua região e em ações de diversificação da economia local; bem como de melhorar o ambiente de negócios e a qualidade do gasto público, será fundamental para uma gestão propulsora do desenvolvimento.

A manutenção do desenvolvimento e do crescimento sustentável é um desafio para todos - Governos Federal, Estadual e Municipal e iniciativa privada e da sociedade.

Todos trabalhando em regime de colaboração e cooperação, em torno do objetivo da promoção do desenvolvimento sustentável com redução da desigualdade social e regional e contando com a participação ativa da sociedade civil, intensificarão o processo, em curso no país de crescimento econômico, de superação das iniquidades e da promoção da justiça social.

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

Número de micro e pequenas empresas formalizadas:

Tempo médio para abertura de empresas pelo município (dias):

Percentual de participação das micro e pequenas empresas no total das compras do município

METAS DO MEU GOVERNO

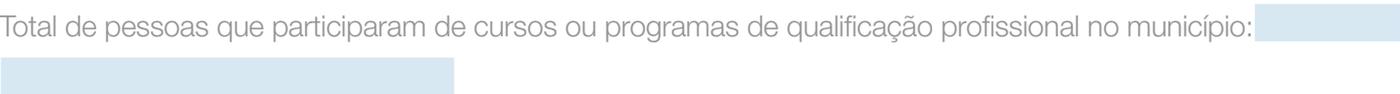
Ano	Tempo médio para abertura de empresas pelo município (dias)	Número de micro e pequenas empresas formalizadas	% das MPes participando das compras públicas municipais
2009			
2010			
2011			
2012			
TOTAL			

DICAS:

A regulamentação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (MPes), pelas prefeituras, proporciona facilidades para abertura de novos investimentos, dinamiza a economia local, gera mais negócios e empregos e, conseqüentemente, o aumento da arrecadação e da receita para o município. Procure o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE para saber o que deve ser feito e como regulamentar a Lei Geral das MPes, em seu município.

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas oferece a possibilidade de estabelecimento de exclusividade de participação das micro e pequenas empresas nas compras públicas, com valor de até R\$ 80 mil. Somente no ano de 2007, o Governo Federal, segundo dados do www.comprasnet.gov.br, comprou das micro e pequenas empresas o valor correspondente a R\$ 9,5 bilhões, 37% de todas as compras governamentais. Adote esta iniciativa em seu município. O poder de compra do município é capaz de promover a economia da região e fortalecer os pequenos produtores e comerciantes, democratizar as oportunidades e estimular o desenvolvimento local, com mais competitividade, empregos e renda.

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

Total de pessoas que participaram de cursos ou programas de qualificação profissional no município: 

METAS DO MEU GOVERNO

Jovens que concluem o ciclo de qualificação profissional e que se inserem no mercado de trabalho

Ano	Total de pessoas participando de programas de qualificação profissional por iniciativa do município	% de jovens que concluem os cursos de qualificação profissional inseridos no mercado de trabalho
2009		
2010		
2011		
2012		
TOTAL		

DICAS:

- O Governo Federal, em parceria com os trabalhadores, empresários e organizações não-governamentais, desenvolve diversos programas de qualificação, inserção profissional; geração de emprego e renda, economia solidária, linhas especiais de crédito para pequenos empreendimentos urbanos ou rurais, cursos técnicos e profissionalizantes. Verifique se o seu município participa de algumas dessas iniciativas, procurando, sobretudo, os ministérios do Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Educação. Procure também os Serviços Regionais de Aprendizagem Profissional da Indústria, do Comércio e da Agricultura (SENAI, SENAC e SENAR) no estado, além do próprio SEBRAE ou tome a iniciativa de estabelecer parceria, em seu município, com os trabalhadores e o empresariado local para promover ações de capacitação e qualificação profissional.
- O Projovem inclui jovens em situação vulnerável, com ações diferenciadas e específicas para cada faixa etária, nas seguintes modalidades: Projovem Adolescente, idade de 15 a 17 anos (MDS), Projovem Campo, idade de 18 a 29 anos (MEC), Projovem Trabalhador, idade de 18 a 29 anos (MTE). O programa estimula o retorno à escola e promove a elevação da escolaridade, a conclusão da educação básica e a qualificação profissional. Procure a Secretaria Nacional de Juventude ou ministérios identificados para saber como o seu município pode aderir a este programa.

AÇÃO*: _____

SITUAÇÃO ATUAL DO MUNICÍPIO

METAS DO MEU GOVERNO:

Ano			
2009			
2010			
2011			
2012			
TOTAL			

OBSERVAÇÕES

* ação a ser definida pelo município

DÉCIMO COMPROMISSO



QUALIFICAR A GESTÃO DOS MUNICÍPIOS E FORTALECER A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Você é o líder do desenvolvimento e da qualidade de vida em seu município. A tarefa de governar exige determinação e o uso de técnicas de gestão adequadas à sua realidade. É preciso ajustar a máquina municipal para que ela esteja a serviço de sua agenda de compromissos com o município e não dela mesma. Para isso, é importante a capacidade de planejar, coordenar, controlar e executar do prefeito(a), dos secretários e de todos os trabalhadores da prefeitura. Isso não é fácil, mas não é impossível. Você prefeito e prefeita foram eleitos para fazê-lo.

Você precisa armar, treinar e capacitar a sua equipe para qualificar os serviços urbanos, as políticas sociais, a administração financeira e os profissionais do seu município, para promover ações voltadas para o desenvolvimento. Nesse time, você é o técnico e também o artilheiro.

O Governo Federal contribuiu para o fortalecimento dos municípios de 2003 a 2008:

1. O FPM passou de R\$ 19,3 bi em 2003 para R\$ 42,3 bi em 2008;
2. ISS passou a representar fatia mais significativa das Receitas Próprias Municipais: de 38,4% em 2003 para 47% em 2007;
3. Transferência direta dos recursos do salário-educação, de R\$ 1,6 bi em 2004, para R\$ 2,3 bi em 2007;
4. Aumento dos recursos do Transporte Escolar: de R\$ 241,9 mi (2004) para R\$ 291,9 mi (2007);
5. Aumento no valor de repasse financeiro para a merenda escolar dos municípios nos diferentes níveis da educação alcançando, em alguns casos, o percentual de 238%, em relação a 2003 e 2007;
6. Extensão, em 2009, da merenda escolar e do transporte escolar aos alunos das escolas públicas do ensino médio e do médio profissionalizante, fazendo com que os investimentos na merenda escolar saltem de R\$ 1,49 bilhão em 2008 para R\$ 2,02 bilhões em 2009 e o número de alunos contemplados pelo programa passe de 34,6 milhões de estudantes para 41,9 milhões;
7. Obrigatoriedade de aquisição de 30% dos gêneros alimentícios para a alimentação escolar da agricultura familiar;
8. Transferência da cobrança e fiscalização do ITR aos municípios;
9. Lançamento da Agenda Social;
10. Lançamento do PDE e acompanhamento no CAF;
11. Fundeb: R\$ 48 bi em 2007 e R\$ 61 bi em 2008;
12. PAC Habitação- R\$ 82,6 bi;
13. PAC Saneamento- R\$ 28,9 bi;
14. Lançamento do Programa Mais Cultura - R\$ 4,7 bi até 2010;
15. Lançamento do Programa Territórios da Cidadania;
16. Criado o novo marco regulatório para os Consórcios Públicos;
17. Novo Marco Regulatório Saneamento;
18. Criação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;
19. Criação do Sistema Nacional de Cultura;
20. Estruturas de atendimento como Sistema de Assessorias Federativas (SASF) e Salas das Prefeituras/CAIXA (ver dicas gerais);
21. Portal de Convênios – porta de entrada unificada e simplificada para os projetos municipais que pleiteiam recursos federais (www.convenio.gov.br);
22. Agenda de apoio à transição governamental dos municípios; e
23. Prêmios de Boas Práticas em gestão municipal nas diversas áreas.

- Estudo do perfil dos municípios brasileiros (CAIXA/IPEA/MPOG).
- Banda Larga em todos municípios até 2010. (Plano Nacional de Banda Larga).
- Portal do Software Público, Comunidade, Conhecimento, Compartilhamento e Colaboração dos Municípios Brasileiros (4CMBR) com soluções de informática gratuitas para gestão municipal (software livre).
- Novo Programa de Modernização da Administração Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos – PMAT/ BNDES acesso simplificado para todos os municípios.
- Novo Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros PNAFM/ Ministério da Fazenda.
- Capacitação e assistência técnica aos municípios. (Saúde, Educação, Índice de Gestão Descentralizada do Bolsa (IGD), Assistência Social, etc.)

SITUAÇÃO NO MUNICÍPIO EM 2008

O FPM significa % das receitas/ano do meu município.

O ISS significa % das receitas/ano do meu município.

O ITR significa % das receitas/ano do meu município.

O IPTU significa % das receitas/ano do meu município.

Qual o percentual de áreas urbanas regularizadas no seu município?

Qual o percentual de áreas rurais regularizadas no seu município?

METAS	% FPM no total das receitas/ano do meu município	% ISS no total das receitas/ano do meu município	% IPTU no total das receitas/ano do meu município	% ITR no total das receitas/ano do meu município	% de áreas urbanas regularizadas no município	% de áreas rurais regularizadas no município
2009						
2010						
2011						
2012						
TOTAL						

Quantas ações prioritárias o seu município exerce em parceria ou consórcio com os municípios vizinhos?

Qual o tempo médio gasto nas licitações da prefeitura (compras governamentais/obras)?

(Quantos dias?)

Qual o percentual de convênios assinados com o Governo Federal que o seu município conseguiu concluir o objeto do convênio nos últimos 04 anos?

Quantos convênios federais estão com a prestação de contas pendente pelo seu município?

METAS	Parcerias ou consórcios com os municípios vizinhos	Tempo médio gasto nas licitações da prefeitura (DIAS)	% de convênios assinados com o Governo Federal que o seu município conseguiu concluir o objeto do convênio	Convênios federais que estão com a prestação de contas pendente
2009				
2010				
2011				
2012				
TOTAL				

DICAS:

O seu município possui legislação tributária?

Você utilizou alguma metodologia de planejamento com a sua equipe de governo no início da sua gestão? Você utiliza alguma ferramenta para controlar todas as funções e tarefas desenvolvidas pela sua equipe? A agenda nacional de apoio à gestão criou o portal do software público. Cheque opções existentes no www.portalfederativo.gov.br e acesse o link com o nome **4CMBR**.

Os conselhos gestores do seu município funcionam? Você já se reuniu com eles e pactuou desafios para sua gestão? Procure nos ministérios como acessar os recursos para capacitação de conselheiros.

A Prefeitura possui órgão de controle interno? Possui ouvidoria? A CGU tem programas de apoio à constituição do controle interno e, junto com os ministérios, apóia a constituição de ouvidorias.

Você pode encontrar as principais informações do Governo Federal sobre o seu município no www.portalfederativo.gov.br. Lá você terá acesso ainda aos contatos dos órgãos federais, às publicações federais voltadas para os municípios, estudos e notícias sobre temas de interesse dos municípios.

SASF – Sistema de Assessorias Federativas – Em todos os órgãos federais existe um responsável pelos assuntos federativos. Quando você tiver alguma dificuldade em determinado órgão, procure o contato SASF do órgão em questão no www.portalfederativo.gov.br e apresente o problema do seu município.

A Sala das Prefeituras da CAIXA, que já está implantada em todas as suas superintendências regionais, pode ajudá-lo(a) muito no entendimento e no enfrentamento das dificuldades que surgem ao longo da contratação de um determinado convênio.

O Portal de Convênios permite que os municípios possam acessar diretamente os recursos federais e, ainda, acompanhar pela internet a situação dos pleitos (onde se encontra, em que órgão, departamento, etc.) e o estágio (se aprovado ou não, quais os documentos necessários, etc.), sem que os prefeitos precisem ir a Brasília, dispensando qualquer intermediário no seu relacionamento com os órgãos federais. Todos os projetos executivos, planos de trabalho e o processo de prestação de contas são realizados diretamente no Portal, reduzindo o fluxo de documentos e os prazos para efetivação dos convênios e contratos de repasse. Acesso: www.convenios.gov.br

PMAT - Programa da Modernização Tributária e Gestão dos Setores Sociais Básicos Especial

Agora, os prefeitos poderão buscar apoio financeiro para modernizar a administração da sua cidade de maneira rápida, prática e, principalmente, acessível para os pequenos municípios, com população de até 50 mil habitantes e focada em ações de rápida implantação, tendo seu acesso por meio de roteiro de informações, a serem apresentadas de forma objetiva e concisa, podendo ser elaboradas pelo pessoal da própria instituição. Mais informações no site eletrônico do BNDES no endereço: <http://www.bndes.gov.br/social/municip.asp>

PNAFM - Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros

Pode ser aplicado em qualquer um dos municípios brasileiros, e se realiza mediante financiamento de projetos específicos, voltados para a criação de condições para que as administrações municipais possam alcançar maior autonomia no financiamento dos gastos públicos, por meio do incremento de receitas próprias, além de oferecer condições para a melhoria da execução de suas funções sociais, especialmente no atendimento ao cidadão e ao contribuinte. Mais informações: <http://www.ucp.fazenda.gov.br/>

BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS

O esforço e a ousadia dos governos municipais de implementar ações que contribuam para o alcance dos compromissos com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e para melhorar a gestão dos Programas Federais, em seu território, são reconhecidos publicamente por diversas premiações promovidas pelo Governo Federal, pela iniciativa privada e por organismos internacionais.

Conheça essas experiências bem-sucedidas e verifique que tipo de contribuição elas podem oferecer ao seu município e, então, participe das premiações futuras se inscrevendo e divulgando sua boa prática para os demais. Relacionamos, abaixo, algumas dessas premiações, com a identificação dos endereços eletrônicos onde é possível conhecer essas boas práticas:

1 - OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO DO BRASIL (ODM- BRASIL): PRÊMIO PARA QUEM TRABALHAR POR UM BRASIL MELHOR

Objetivo: incentivar ações, programas e projetos que contribuem efetivamente para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O prêmio é uma iniciativa pioneira no mundo e foi instituído pelo Governo Federal, em 2004, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e de um conjunto de empresas e associações do setor privado. Estados, Distrito Federal, municípios e sociedade civil organizada podem participar.

A Coordenação-geral do prêmio é da Secretaria-Geral da Presidência da República, e a coordenação técnica do prêmio é de responsabilidade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

www.odmbrasil.org.br

www.planalto.gov.br/secgeral

<http://www.nospodemos.org.br>

www.pnud.org.br

2 - PRÁTICAS INOVADORAS NA GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Objetivo: identificar práticas bem-sucedidas na gestão do Programa e valorizar o trabalho dos dirigentes e equipes municipais e estaduais por suas iniciativas inovadoras. Estados, Distrito Federal, municípios e sociedade civil organizada podem participar.

Prêmio concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com o Ministério da Educação; Frente Nacional dos Prefeitos (FNP); Ação Fome Zero e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

www.mds.gov.br

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/observatorio>

observatoriopbf@mds.gov.br

Fone: 0800 707 2003

3 - PRÊMIO JOSUÉ DE CASTRO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO DE PROJETOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Objetivo: identificar experiências bem-sucedidas, criativas e sustentáveis na aplicação e execução de ações e projetos voltados para a segurança alimentar e nutricional. Estados, Distrito Federal, municípios e sociedade civil organizada podem participar.

Prêmio concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

www.mds.gov.br

www.mds.gov.br/premiojosuedecastro

premiojosuedecastro@mds.gov.br

Fone: 0800 707 2003

4 - GESTOR EFICIENTE DA MERENDA ESCOLAR

Objetivo: destacar as prefeituras que realizam gestões criativas e responsáveis para oferecer merenda escolar de alta qualidade, a fim de estimular que as melhores práticas administrativas sejam conhecidas e disseminadas no maior número possível de municípios brasileiros.

Promovido pelo Ministério da Educação, através do Fundo Nacional de Educação (FNDE) em parceria com a organização não-governamental Ação Fome Zero, formada por empresas comprometidas em implantar projetos sociais com enfoque em segurança alimentar.

www.fnde.gov.br

<http://www.premiomerenda.org.br/>

<http://www.acaofozero.org.br/>

5 - PRÊMIO BIBI VOGEL

Objetivo: o reconhecimento de ações inovadoras na proteção, promoção e apoio ao aleitamento materno.

Promovido pelo Ministério da Saúde, acontece a cada dois anos, com premiação aos municípios que realizam ações de promoção, de proteção e de apoio ao aleitamento materno, em todos os níveis de atenção, com destaque para as ações que possibilitam a redução da mortalidade materna e infantil e o planejamento familiar.

www.saude.gov.br

DISQUE SAÚDE 0800 61 1997

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=151

6 - PRÊMIO CAIXA MELHORES PRÁTICAS EM GESTÃO

Objetivo: premiar, divulgar e disseminar projetos, urbanos ou rurais, realizados com apoio financeiro e/ou técnico da CAIXA, e, também, apoiar a implementação da Agenda HAbitat no Brasil, estimulando a replicação de experiências sustentáveis voltadas à inclusão social, combate à pobreza, geração de renda, habitação, saneamento, infraestrutura, desenvolvimento econômico, equidade de gênero, gestão ambiental, gestão do uso e ocupação do solo, dentre outros.

O prêmio é promovido pela CAIXA e sua premiação acontece de dois em dois anos. As dez melhores práticas nacionais são indicadas para concorrer ao Prêmio Internacional de Dubai.

Fone: 0800.726.0101

<http://www.caixa.gov.br/acaixa/index.asp>

http://www.caixa.gov.br/acaixa/melhores_praticas/index.asp

7 - PRÊMIO PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA

Objetivo: estimular os prefeitos a melhorarem as condições de vida das crianças e adolescentes e suas famílias com a adesão ao compromisso Programa Prefeito Amigo da Criança.

O programa é desenvolvido pela Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança mediante assinatura de termo de compromisso, no qual candidatos ou eleitos se comprometem a priorizar a criança e o adolescente em seus governos com a promoção de políticas públicas, programas e projetos nas áreas de saúde, educação, proteção especial e orçamento criança e adolescente (OCA.)

www.fundabrinq.org.br

http://www.fundabrinq.org.br/portal/alias__Abrinq/lang__pt/tabid__117/default.aspx

Programa Prefeito Amigo da Criança

Av. Santo Amaro, 1.386 - 1º andar

Tel: (11) 3848.8799

São Paulo/SP

04506-001

8 - SELO UNICEF MUNICÍPIOS APROVADOS

Projeto Selo UNICEF Municípios Aprovados faz parte do Pacto Nacional Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semi-árido. O projeto destaca os municípios da região do semi-árido brasileiro com a concessão de certificado para as políticas públicas municipais voltadas para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

Objetivo: impulsionar a implementação e a consolidação das metas e mecanismos implícitos no Estatuto da Criança e do Adolescente através de uma estratégia de mobilização social dirigida aos municípios; fomentar e fortalecer uma prática de monitoramento da situação das crianças e dos adolescentes nos níveis municipal e estadual.

www.unicef.org.br

Tel.: (61) 3035-1900

brasil@unicef.org

9 - PREFEITO EMPREENDEDOR DO SEBRAE

O Prêmio será concedido a prefeitos e administradores regionais do Distrito Federal que tenham implantado projetos com resultados mensuráveis de estímulo ao surgimento e ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas (MPEs), contribuindo assim para o crescimento econômico e social de seus municípios.

Objetivo: é sensibilizar os municípios brasileiros para a importância da implantação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em âmbito local e valorizar projetos que já tenham incorporado as orientações da Lei Geral.

www.sebrae.com.br

Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

Agora você encontra a sua disposição, inúmeras informações sobre seu município e os programas do Governo Federal no Portal Federativo: www.portalfederativo.gov.br.

Há também no site, o **Catálogo dos Programas Federais**, publicação de grande utilidade para o gestor municipal, com informações detalhadas dos diversos programas mencionados nesta publicação, além de seus respectivos contatos.

Advocacia Geral da União - AGU

Assessoria Federativa
SIG Q. 06 Lote 800 – 3º andar – sala 303G - DECOR
CEP: 70610-460 - Brasília/DF
Tels.: (61) 4009-4520 / 4567 / Fax: (61) 4009-4703
www.agu.gov.br

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI

Assessoria Federativa
SBN QD 1 BL B 14º Andar Edf.CNC
CEP: 70041-902 - Brasília/DF
Tel.: (61) 3962-8739
www.abdi.com.br

Banco do Brasil

Assessoria Federativa
Ed. Sede III - Banco do Brasil, 11º andar - CEP: 70073-901 - Brasília/DF
Fernando Conde Medeiros
Tels.: (61) 3310-3731 / 3755
conde@bb.com.br
www.bb.com.br

Banco Central do Brasil

Assessoria Federativa
SBS Q. 03 - Bloco "B" – 19º andar - Ed. Sede do Banco Central
CEP: 70074-900 - Brasília/DF
Tels.: (61) 3310-3898 / (61) 3310-5627 / Fax: (61) 3310-2456
www.bcb.gov.br

Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES

Assessoria Federativa
Av. República do Chile nº 100, 19º andar, centro - CEP: 21139-900 - Rio de Janeiro/RJ
Tels.: (21) 2172-7399 / 2172-6278
gpgab@bndes.gov.br
www.bndes.gov.br

Caixa Econômica Federal

Assessoria Federativa
SBS Q. 04, lote 3/4, Ed. Matriz, 1º andar, Sala das Prefeituras - CEP: 70.092-900 - Brasília/DF
Tels.: (61) 3206-4382 / 4373 / 4375 / Fax: (61) 3206-4503
www.cef.gov.br

Controladoria Geral da União - CGU

Assessoria Federativa

SAS QD 01 BL "A" 9º Andar – Edf. Darcy Ribeiro sala 924

CEP: 70070-905 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3412.6700 / Fax: (61) 3412.7265

www.cgu.gov.br**Gabinete de Segurança Institucional - GSI**

Assessoria Federativa

Palácio Planalto – 4º andar – sala 130

CEP: 70150-900 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3411-1374 / Fax: (61) 3411-1297

www.presidencia.gov.br/gsi**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA**

Assessoria Federativa

Esplanada dos Ministérios, bloco D - CEP: 70043-900 - Brasília/DF

PABX: (61) 3218-2828

Atendimento ao Agricultor: 0800 704 1995

www.agricultura.gov.brbinagri@agricultura.gov.br**Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB**

Assessoria Federativa

SGAS 901, bloco A, lote 69, Asa Sul - Cep: 70.390-010 – Brasília/DF

Tels.: (61) 3312-6312 / 6301 / Fax: (61) 3226-9058

www.conab.gov.br**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa**

Assessoria Federativa

Parque Estação Biológica - PqEB s/nº - CEP: 70.770-901 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3448-4433 / Fax: (61) 3347-1041

www.embrapa.br**Ministério das Cidades**

Assessoria Federativa

Esplanada dos Ministérios, bloco A, 3º andar, sala 335 - CEP: 70.050-901 - Brasília/DF

Rodrigo José Pereira Leite

Tel.: (61) 2108-1000

cidades@cidadaes.gov.brwww.cidadaes.gov.br**Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT**

Assessoria Federativa

Esplanada dos Ministérios – Bloco "E" – 4º andar - sala 400

CEP: 70067-900 - Brasília/DF

Tels.: (61) 3317.7507 / 7504 / Fax: (61) 3317.7769

www.mct.gov.br

Ministério das Comunicações - MC

Assessoria Federativa
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 8º andar – sala 824
CEP: 70054-900 - Brasília/DF
Tel.: (61) 3311.6564 / Fax: (61) 3311.6696
www.mc.gov.br

Ministério da Cultura - MinC

Assessoria Federativa
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 8º andar – sala 824
CEP: 70054-900 - Brasília/DF
Tel.: (61) 3316.2206 / Fax: (61) 3223.8039
www.cultura.gov.br

Ministério da Defesa - MD

Assessoria Federativa
Esplanada dos Ministérios – Bloco “Q” – 6º andar – sala 652
CEP: 70049-900 - Brasília/DF
Tel.: (61) 3312.9017 / (61) 3312.9051
www.defesa.gov.br

Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Assessoria Federativa
Esplanada dos Ministérios Bloco A, 8º Andar
0800 787 000
Tel.: (61) 2191-9909
www.mda.gov.br

Territórios da Cidadania - MDA

Secretaria da Agricultura Familiar
(61) 2191-9909 / 2191-9916
Tel.: (61) 3433-1166
www.territoriosdacidadania.gov.br

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Assessoria Federativa
Esplanada dos Ministérios – Bloco “J” – 6º andar – sala 609
CEP: 70056-900 - Brasília/DF
Tels.: (61) 2109 7220 / 7221 / Fax: (61) 2109-7334
www.mdic.gov.br

Instituto Nacional de Meteorologia e Qualidade Industrial - INMETRO

Assessoria Federativa
W3 Norte 511 Edf. Bittar III 4º andar
CEP: 70750-542 Asa Norte – Brasília
Tel.: (61) 3340-2211 / Fax: (61) 3347-3284
www.inmetro.gov.br

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

Assessoria Federativa

Esplanada dos Ministérios, bloco C - CEP: 70.046-900 - Brasília/DF

Tels.: (61) 3448-4178 / 3448-4163 / 3273-2679 / 0800 707 2003 / 0800 574 0101 e 3433-1500

Fax: (61) 3347 1041

www.mds.gov.brgestorpdf@mds.gov.br**Fundo Nacional da Assistência Social - FNASS**

Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

SAF Sul, quadra 02, bloco H, lote 08, Ed. Sede do FNAS - CEP: 70.050.900- Brasília/DF

Tel.: (61) 3433-1769

fnas@mds.gov.brwww.mds.gov.br/institucional/fundo-nacional-de-assistencia-social-fnas**Ministério da Educação - MEC**

Assessoria Federativa

Esplanada dos Ministérios - Bloco "L" - 8º andar - sala 803

CEP: 70047-900 - Brasília/DF

Tel.: (61) 2104-8920 / Fax: (61) 2104-9233.

www.mec.gov.br**Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE**

PNAE, SBS, quadra 2, bloco F, Ed. FNDE - CEP: 70070-929 - Brasília/DF

Tels.: (61) 3966-4900 / 3966-4902. Fax.: (61) 3966-4172 / 3966-4163

www.fnde.gov.br

Serviço de Atendimento ao Cidadão

0800616161

sac@fnde.gov.br

Fale com o Presidente

presidencia@fnde.gov.br**Ministério do Esporte - ME**

Assessoria Federativa

Esplanada dos Ministérios - Bloco "A" - 7º andar - ASPAR

CEP: 70054-900 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3217-1885 / Fax: (61) 3217-1709

www.esporte.gov.br**Ministério da Fazenda - MF**

Assessoria Federativa

Esplanada dos Ministérios - Bloco "A" - 7º andar - ASPAR

CEP: 70054-900 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3217-1885

www.fazenda.gov.br

Ministério da Integração - MI

Assessoria Federativa

Esplanada dos Ministérios, bloco E, sala 800 - Cep: 70067-900 - Brasília/DF

Tels.: (61) 3414-5768 / 3414-5827 / Fax: (61) 3321-3122

www.integracao.gov.br

Ministério da Justiça - MJ

Assessoria Federativa

Esplanada dos Ministérios - Bloco "T" - 4º andar - sala 438 – Ed. Sede

CEP: 70064-900 - Brasília/DF

Tels.: (61) 3429 3733 / 3735 / Fax: (61) 3224-4784

www.mj.gov.br

Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI

Assessoria Federativa

Rua Marink Veiga nº 09 26º andar

CEP: 20090-050 Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 2139-3229 / Fax: (21) 2263-2539

www.marcaspatentes.pt

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Assessoria Federativa

Esplanada dos Ministérios, bloco B - CEP: 70.068-901 - Brasília/DF

webmaster@mma.gov.br

www.mma.gov.br

Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA

CRS 514, bloco B, loja 69 Asa Sul. CEP: 70.380-526 Brasília/DF

Tels.: (61) 4009-9090 / (61) 4009-9101. Fax: (61)4009-9140

fnma@mma.gov.br

www.mma.gov.br/port/fnma/index.cfm

Ministério das Minas e Energia - MME

Assessoria Federativa

Esplanada dos Ministérios – Bloco "U" – 8º andar - sala 846

CEP: 70065-900 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3319-5190 / Fax: (61) 3319-5098

www.mme.gov.br

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG

Assessoria Federativa

Esplanada dos Ministérios – Bloco "K" – 6º andar – sala 637

CEP: 70040-906 - Brasília/DF

Tels.: (61) 3429-4381 / (61) 3321-4756

www.planejamento.gov.br

Portal de Convênios

www.convenios.gov.br

Ministério da Previdência Social - MPS

Assessoria Federativa
Esplanada dos Ministérios – Bloco “F” – 8º andar
CEP: 70059-900 - Brasília/DF
Tel.: (61) 3317-5343 / Fax: (61) 3317-5370
www.previdenciasocial.gov.br

Ministério das Relações Exteriores - MRE

Assessoria Federativa
Esplanada dos Ministérios – Anexo II – sala 30
CEP: 70170-900 - Brasília/DF
Tel.: (61) 3411-6250 / Fax: (61) 3411-6687
www.mre.gov.br

Ministério da Saúde - MS

Assessoria Federativa
Esplanada dos Ministérios, bloco G - CEP: 70.058-900 - Brasília/DF
Tel.: (61) 3315-2425
Disque Saúde: 0800 61 1997
www.saude.gov.br
www.aids.gov.br

Fundo Nacional da Saúde - FNS

Esplanada dos Ministérios, Ministério da Saúde, bloco G, Ed. Anexo, ala A, 2º andar, sala 243
CEP: 70.058-901 - Brasília/DF
0800 644 8001
www.fns.saude.gov.br

Fundação Nacional de Saúde - FUNASA

Setor de Autarquias Sul, quadra 4, bloco N
CEP 70070-040 - Brasília/DF
Tels.: (61) 3226-6701 / 3225-5807 Fax: (61) 3321-3216
www.sbaal.com.br/funasa.htm

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Assessoria Federativa
Esplanada dos Ministérios, bloco F - CEP: 70059-900 - Brasília/DF
Flávio Pércio Zacher
Tel.: (61) 3317-6000
Central de Relacionamento
0800 610101, para as regiões Sul e Centro-Oeste, e os estados do Acre, Rondônia e Tocantins.
0800 2850101, para as regiões Sudeste, Nordeste e Norte, exceto os estados do Acre, Rondônia e Tocantins.
www.mte.gov.br

Ministério dos Transportes - MT

Assessoria Federativa
Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – 6º andar - Gabinete
CEP: 70044-900 - Brasília/DF
Tels.: (61) 3311-7005 / 7006 / Fax: (61) 3311-7892
www.transportes.gov.br

Ministério do Turismo - MTur

Assessoria Federativa
 Esplanada dos Ministérios – Bloco “U” – 3º andar - Gabinete
 CEP: 70065-900 - Brasília/DF
 Tel.: (61) 3321-3314 / Fax: (61) 3321 8004
www.turismo.gov.br

Secretaria de Comunicação Social - Secom

Assessoria Federativa
 Esplanada dos Ministérios – Bloco “A” – 6º andar – sala 620
 CEP: 70054-900 - Brasília/DF
 Tel.: (61) 3411-4846 / (61) 3225-7054
www.presidencia.gov.br/secom

Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE

Assessoria Federativa
 Esplanada dos Ministérios – Bloco “A” – 6º andar – sala 620
 CEP: 70054-900 - Brasília/DF
 Tel.: (61) 3411-4846 / Fax: (61) 3225-7054
www.sae.gov.br

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP

Assessoria Federativa
 Esplanada dos Ministérios – Bloco “A” – 6º andar – sala 620
 CEP: 70054-900 - Brasília/DF
 Tel.: (61) 3411-4846 / Fax: (61) 3225-7054
www.presidencia.gov.br/seap

Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR

Esplanada dos Ministérios – Bloco “A” – 9º andar – Gabinete
 CEP: 70054-900 - Brasília/DF
 Tel.: (61) 3411-4670 / Fax: (61) 3226-5625
www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM

Assessoria Federativa
 Esplanada dos Ministérios, bloco L, ed. Sede, sala 200 - CEP: 70.047-900 – Brasília/DF
 Tels: (61) 2104-9377 / 9381 Fax: (61) 2104-9355 / 9362
www.presidencia.gov.br/spmulheres

Secretaria Especial de Portos

Assessoria Federativa
 SCN Qd 04 bloco B pétala C mesanino Edf Empresarial Varig - CEP: 70710-500 - Brasília/DF
 Tel.: (61) 3411-3760 / Fax: (61) 3326-3025
www.portosdobrasil.gov.br

Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH

Assessoria Federativa
 Esplanada dos Ministérios, bloco T, sala 420, Ed. Sede do Ministério da Justiça
 CEP: 70064-900 - Brasília/DF
 Tels.: (61) 3429-3536 / 3454 / 3106 / Fax: (61) 3223-2260 / Ouvidoria: (61) 3429-3116
direitoshumanos@sdeh.gov.br
www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/fale_con/

Secretaria Geral da Presidência da República

Assessoria Federativa

Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, 4º andar – CEP: 70.150-900 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3411-1225

sg@planalto.gov.brwww.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/**Secretaria da Juventude**www.juventude.gov.brwww.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/juventude**Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa - SEBRAE**

SCN Quadra 01, bloco E, Ed. Central Park, salas 1413-1415 - Brasília/DF

Tels.: (61) 3348-7100/ 3348-7128 / Fax: (61) 3347-7131

0800 570 0800

www.sebrae.com.brwww.leigeral.com.br**Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC**

Av. Ayrton Senna nº 5555

Rio de Janeiro - RJ CEP: 22775-004

Tel.: (21) 2136-5555

www.senac.br**SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial**

SBN - Quadra 01 - Bloco C - Ed. Roberto Simonsen - 5º andar

Brasília - DF - CEP: 70040-903

Tels.: (61) 3317-9013 / 9000 / 9001

www.senai.com.br**Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR**

SGAN 601 - Módulo K - Edifício Antonio Ernesto De Salvo 1º Andar - Brasília - DF - CEP: 70830-903

Tels.: (61) 2109-1300 / 1301 / 1302 / 1306 / Fax: (61) 2109-1327

gabinete@senar.org.brwww.senar.org.br**Subchefia de Assuntos Governamentais da Casa Civil - SAG/CC/PR**

Assessoria Federativa

Palácio Planalto, Anexo III Superior, sala 212

70150-900

Tel.: (61) 3411-3854 / Fax: (61) 3411.4301

www.presidencia.gov.br/casacivil

MONITORAMENTO DAS METAS

AÇÕES	POSIÇÃO DO MUNICÍPIO EM 2008	RESULTADOS 2009
1º Erradicar a extrema pobreza e a fome		
2º Atingir o ensino básico universal		
3º Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres		
4º Reduzir a mortalidade infantil		
5º Melhorar a saúde materna		
6º Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças		
7º Erradicar o sub-registro civil de nascimento		
8º Garantir a sustentabilidade ambiental		
9º Estabelecer parceria Governo Federal, Estados e Municípios para o desenvolvimento		
10º Qualificar a gestão dos municípios e fortalecer a participação cidadã		

